



## Acórdão 00024/2024-4 - Plenário

**Processos:** 02911/2023-2, 01044/2021-4

**Classificação:** Pedido de Reexame

**UG:** IPREVI - Instituto de Previdência Social Dos Servidores Públicos do Município de Viana

**Relator:** Donato Volkers Moutinho

**Interessado:** MARIA CERVALINA EMILIO STINGHEL

**Recorrente:** Membros do Ministério Público de Contas (LUCIANO VIEIRA)

**Terceiro interessado:** MARIA DA PENHA LOPES SOARES ROCHA

### **PEDIDO DE REEXAME EM FACE DA DECISÃO TC 728/2023 - 2ª CÂMARA – ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – CONHECIMENTO – DESPROVIMENTO – REGISTRO – CIÊNCIA – ARQUIVAMENTO.**

1. Os processos de controle externo nos quais é apreciada a legalidade de atos sujeitos a registro possuem natureza de fiscalização, como estabelece o art. 50, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual 621, de 8 de março de 2012;
2. Como em toda a atuação fiscalizadora, a análise efetuada pelo Tribunal no caso da apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro tem um escopo definido, que é selecionado tendo em conta os elementos mais relevantes que originam o direito e o risco de não conformidades, a fim de se identificar possíveis ilegalidades;

3. É o próprio Tribunal quem define quais documentos e informações – bem como o seu formato e o modo de envio –, devem lhe ser encaminhados com vistas à apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro;

4. A eventual ausência de informações que, embora não previstas no ato normativo específico que regulamenta o encaminhamento dos atos sujeitos a registro ao Tribunal, o Ministério Público junto ao Tribunal reputa como relevantes, sem comprovação de situação que pudesse indicar ausência de cumprimento dos requisitos para a concessão do benefício, incorreção na fixação de seu valor ou qualquer ilegalidade material, não impede o registro do ato cuja legalidade é apreciada;

5. Apresentados, pelo instituto de previdência, os documentos e informações previstos no ato normativo específico; e efetuado o exame, nos moldes normatizados pelo próprio Tribunal, sem a identificação de ilegalidades; considera-se cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de benefício previdenciário, de modo que o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO DONATO VOLKERS MOUTINHO**

## **I RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de reexame interposto pelo Exmo. Sr. Procurador de Contas Luciano Vieira, em face da Decisão TC 728/2023 - 2ª Câmara, proferida no Processo TC 1044/2021, que registrou o ato de concessão inicial de aposentadoria à Sra. Maria Cervalina Emilio Stinghel, consubstanciado no Decreto 39/2021 do município de Viana.

Além de sua legitimidade, do correto cabimento do instrumento utilizado e da tempestividade deste, ao requerer, fundado no art. 117, inciso II, da Lei Complementar Estadual (LC) 621, de 8 de março de 2012, a denegação do registro do referido ato concessório pela suposta existência de fatos impeditivos, o recorrente, em síntese, alega serem irregulares a: (a) omissão de dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a forma de revisão dos proventos; (b) a legislação utilizada no ato de aposentadoria (art. 15 da Lei Municipal 1.595/2001) não trata da mesma modalidade contida no art. 6º, incs. I, II, III e IV, da Emenda Constitucional (EC) 41, de 19 de dezembro de 2003, visto que o tempo de efetivo exercício no serviço público e na carreira são distintos nas citadas normas; (c) falta de evidenciação da legalidade da fixação dos proventos, ante a ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor de parcela que compõe o cálculo; e (d) o ato concessório não contém a descrição completa do cargo (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência), conforme prevê o art. 15, § 1º, inc. IX, da Instrução Normativa (IN) TC 31, de 2 de setembro de 2014.

Por meio da Decisão Monocrática 878/2023 (doc. 6), admitiu-se, tacitamente, o pedido de reexame e decidiu-se por notificar o instituto de previdência e a interessada no benefício previdenciário, para a apresentação de contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias.

Devidamente notificados, a Secretaria Geral das Sessões (SGS) informou que o prazo para apresentação das contrarrazões venceu em 11/09/2023 e, após consulta ao Sistema e-TCEES não foi encontrada documentação em nome das Sras. Maria Cervalina Emilio Stinghel e Maria da Penha Lopes Soares Rocha referente à Decisão Monocrática 878/2023, e/ou qualquer outra documentação em relação ao processo TC 2911/2023 (doc. 13).

Na sequência, os autos foram ao Núcleo de Controle Externo de Recursos e Consultas (NRC) para análise e manifestação, na forma regimental. Em consequência, a unidade técnica emitiu a Instrução Técnica de Recurso (ITR) 491/2023 (doc. 14), por meio da qual propôs o conhecimento do recurso e, no mérito, o seu provimento parcial, a fim de reformar a decisão recorrida. Propôs, ainda, a expedição de recomendações, ao instituto de previdência, nos seguintes termos:

[...] nos termos conclamados pelo Recorrente, a saber: a retificação do ato concessório para conter os dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a forma de revisão dos proventos; o fundamento legal, na planilha de fixação, que demonstre o valor da parcela que compõe o respectivo cálculo; bem como a descrição completa do cargo (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência), devendo as mesmas medidas serem adotadas em atos futuros.

Em seguida, o Ministério Público junto ao Tribunal (MPC) emitiu o Parecer MPC 5475/2023 (doc. 18), no qual considerou que persiste as irregularidades expostas na peça recursal, de modo que requereu o prosseguimento do feito.

É o relatório.

## **II FUNDAMENTOS**

### **II.1 ADMISSIBILIDADE**

Em avaliação do atendimento aos requisitos de admissibilidade, previstos nos arts. 153, 154, 162 e 164 a 166 da LC 621/2012 e nos arts. 395 a 398, 408, *caput* e § 5º, 410, *caput* e § 3º, e, ainda, o art. 405, *caput* e §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Tribunal (RITCEES), aprovado pela Resolução TC 261, de 4 de junho de 2013, constata-se que o pleito atende às hipóteses de cabimento – uma vez que interposto em face de decisão definitiva na qual o Tribunal apreciou, para fins de registro, a legalidade de ato de concessão inicial de aposentadoria –, tempestividade, já que observado o prazo de 60 (sessenta) dias aplicável ao MPC, e legitimidade, pois interposto por procurador de contas.

Ademais, a petição inicial contém o nome e a qualificação do recorrente, os fundamentos de fato e de direito e uma conclusão compatível com a narrativa dos fatos, além de estar suficientemente instruída, cumprindo, por isso, os pressupostos recursais.

Logo, satisfeitas as exigências legais e regulamentares, no exame de admissibilidade, acompanho o entendimento da unidade técnica e do MPC e concluo que o presente pedido de reexame deve ser conhecido e seu mérito deve ser examinado.

## II.2 MÉRITO

Em relação à suposta irregularidade (a), de “omissão de dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a forma de revisão dos proventos”, o recorrente aponta que o Decreto 39/2021 falhou em não mencionar expressamente os dispositivos que indica. Semelhantemente, na irregularidade (b), entende que “a legislação utilizada no ato concessório (art. 15 da Lei Municipal 1.595/2001) não trata da mesma modalidade contida no art. 6º, incisos I, II, III e IV, da EC 41/2003, visto que o tempo de efetivo exercício no serviço público e na carreira são distintos nas citadas normas”.

Da mesma maneira, nas irregularidades (c), o recorrente aponta suposta “falta de evidenciação da legalidade da fixação dos proventos, ante a ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor de parcela que compõe o cálculo”; e na (d), que “o ato concessório não contém a descrição completa do cargo (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência), conforme determina o art. 15, § 1º, inciso IX, da IN TC 31/2014”.

Nota-se, portanto, que as razões recursais se fundamentam na ausência de informações ou de apontamento de normas, que segundo o recorrente deveriam compor o ato de concessão inicial da aposentadoria e a planilha que trouxe as rubricas que compõem os proventos.

Neste ponto, é importante destacar que os atos de concessão inicial de aposentadoria são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) com vistas à apreciação de sua legalidade, para fins de registro, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Tal competência atribuída constitucionalmente aos tribunais de contas é exercida em processos cuja natureza é de fiscalização, como estabelece o art. 50, inciso II, alínea “a”, da LC 621/2012.

Em consequência, como em toda a atuação fiscalizadora, a análise perpetuada pelo Tribunal tem um escopo definido, cujos elementos são averiguados pela unidade técnica competente. Esse escopo, no caso dos atos de concessão de benefícios previdenciários, é selecionado tendo em conta os elementos mais relevantes que

originam o direito e o risco de não conformidades, a fim de identificar possíveis ilegalidades.

Nesse contexto, é o próprio TCEES quem define quais documentos e informações – bem como o seu formato e o modo de envio –, devem lhe ser encaminhados com vistas à apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro. Por força do art. 20-B, § 4º, da Instrução Normativa (IN) TC 68, de 8 de dezembro de 2020, os atos de concessão inicial de aposentadorias, reformas e reservas, expedidos a partir de 1º de julho de 2022, devem ser encaminhados ao Tribunal nos moldes exigidos pela referida IN. Por outro lado, no caso de atos expedidos antes dessa data, o encaminhamento deve observar as exigências previstas na IN TC 31/2014.

Como a expedição do Decreto 39/2021, se deu em 1º de fevereiro de 2021, aplica-se ao caso dos autos a IN 31/2014, cujo art. 15 arrola os documentos e informações a serem enviados ao Tribunal. Ademais, nos termos de seu art. 4º, a análise desses documentos cabe à unidade técnica competente, que emitirá a instrução técnica contendo relatório com a transcrição das informações, análise fundamentada e conclusão com a proposta de encaminhamento.

No caso em tela, como evidencia a Instrução Técnica Conclusiva (ITC) 4209/2022 (doc. 14 do Processo TC 1044/2021), o Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal (NRP) cumpriu tais requisitos, na medida em que analisou os elementos necessários para a concessão do benefício, o cálculo dos proventos e a formalização do ato concessor. Nessa análise, não constatou a ocorrência de quaisquer ilegalidades e, em consequência, propôs o registro do ato administrativo.

Dessa forma, a unidade técnica, que possui competência, capacidade e expertise técnica para a análise dos atos de pessoal sujeitos a registro, efetuou o exame nos moldes normatizados pelo próprio Tribunal e reputou suficientes os elementos colacionados nos autos, em cumprimento a IN TC 31/2014, para fins de registro.

Por outro lado, o recorrente entende que a falta de dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a forma de revisão dos proventos e, que a legislação utilizada no ato concessor não trata da mesma modalidade contida no art. 6º, incisos I, II, III e IV,

da EC 41/2003, implica em automática ilegalidade do ato concessor do benefício. Contudo, não aponta – e muito menos comprova – nenhuma situação que pudesse indicar ausência de cumprimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria examinada, incorreção na fixação do valor do benefício ou qualquer ilegalidade material no benefício concedido, razão pela qual sua posição não deve prosperar.

A eventual falta de informações que, embora não previstas no ato normativo específico que regulamenta o encaminhamento dos atos sujeitos a registro ao TCEES, o recorrente reputa como relevantes não implica na ilegalidade da concessão do benefício previdenciário. Ao contrário, a denegação do registro, prevista no art. 117, inciso II, da LC 621/2012, somente deve ocorrer quando comprovada a existência de ilegalidade, tendo em conta o escopo de análise definido pelo Tribunal.

Esse é o caso da suposta irregularidade (b): “a legislação utilizada no ato concessório (art. 15 da Lei Municipal 1.595/2001) não trata da mesma modalidade contida no art. 6º, incs. I, II, III e IV, da EC 41/2003, visto que o tempo de efetivo exercício no serviço público e na carreira são distintos nas citadas normas”; pois, conforme restou consignado no bojo da decisão recorrida, ao comparar as disposições trazidas pelo dispositivo municipal em face do dispositivo constitucional, de fato, vê-se que há distinção quanto ao tempo exigido de efetivo exercício no serviço público; contudo, inexistente óbice ao registro do ato, eis que a interessada preencheu todos os requisitos fixados em ambos os dispositivos suscitados.

No caso, a decisão recorrida acolheu a análise técnica levada à efeito na ITC 4209/2022 (doc. 14 do Processo TC 1044/2021), que desconsiderou o dispositivo da lei local, por não prejudicar a real fundamentação constitucional da concessão do benefício; porém, verificou que a interessada preencheu todos os requisitos necessários para a obtenção da aposentadoria concedida. Portanto, não há óbice ao registro do ato, vez que a fundamentação constitucional aplicável ao caso restou devidamente observada.

Adicionalmente, esta Corte de Contas tem, reiteradamente, entendido que a eventual ausência ou incompletude de informações ou indicação específica da base legal do vencimento ou de rubricas componentes do ato concessório ou da planilha de fixação

dos proventos não seriam suficientes para denegar o registro do ato concessor. Nesse sentido, por exemplo, têm-se os seguintes julgados:

**Acórdão TC 1061/2022 – Plenário. Excerto 314/2022-2.**

**PEDIDO DE REEXAME – PROVENTOS DE APOSENTADORIA – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR.**

Cumpridos os requisitos legais e constitucionais para a concessão de aposentadoria, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

[...]

[...] Primeiramente, com relação à ausência da fundamentação legal das rubricas e de demonstração dos suportes fáticos relativos às gratificações incorporadas aos proventos, fundamenta-se o douto representante do Parquet de Contas na IN/TC 31/2014, alterada pela IN/TC 62/2020, que estabelece que o protocolo deverá conter o original do ato concessório, constando os dispositivos legais da aposentadoria e o amparo legal da fixação dos proventos.

[...]

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas - quando as irregularidades do ato concessório limitam-se à insuficiência de fundamentação do ato concessório e à ausência de indicação da base legal dos vencimentos ou do Adicional de Tempo de Serviço - tem opinado pelo registro do ato e expedição de recomendações.

[...] Vê-se, portanto, que não há impedimento para o registro do ato concessório em face dessas irregularidades, bastando que sejam adotadas as recomendações supracitadas, o que já foi feito pela Decisão n.º 4074/2021 – Segunda Câmara, ora impugnada.

**Não há, dessa forma, um vício grave e, estando claro o objeto e os motivos que justificam a existência do ato concessório, deve-se adotar o princípio do formalismo moderado (art. 52, Lei Orgânica do TCEES), a fim de garantir assim celeridade e a duração razoável do processo.**

[...] Ante o exposto, acompanhando parcialmente a área técnica para CONHECER o recurso e NÃO ACOLHER a preliminar de nulidade, e divergindo, quanto ao mérito, da Instrução Técnica de Recurso n.º 00250/2022-6 e do Ministério Público de Contas, para NEGAR PROVIMENTO ao recurso, proponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação. (grifo nosso).

**Acórdão 938/2023 - Plenário**

**PEDIDO DE REEXAME – PROVENTOS DE APOSENTADORIA – NÃO PROVIMENTO AO RECURSO – ARQUIVAR**

1. Cumpridos os requisitos constitucionais e legais para a concessão de benefício previdenciário, não havendo vício grave, em observância aos princípios do formalismo moderado, da celeridade processual e da segurança jurídica, contidos no art. 52 da Lei Complementar 621/2012, o ato administrativo respectivo deve ser registrado pela Corte de Contas.

[...]

No mérito, como já informado, o Representante do Parquet, defende que a decisão recorrida deve ser reformada para que para que seja negado registro à Portaria n. 125/2019, sob os seguintes fundamentos:

(a) omitem-se dispositivos constitucionais e legais que regulamentam a concessão da aposentadoria e a fixação e revisão dos proventos (a Portaria não menciona o art. 2º da EC 47/2005 e o art. 10 § 7º da EC 103/2019);



(b) a legalidade da fixação dos proventos não está plenamente evidenciada em razão da ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal que demonstre o valor atualizado de parcelas que compõem o respectivo cálculo e/ou que autoriza a incorporação destas à remuneração do servidor.

Cinge-se a controvérsia, portanto, a uma possível insuficiência de fundamentação no ato concessório e na planilha de fixação. No que concerne à ausência de informações que se afiguram importantes para a completude da análise do ato, relativas à forma de fixação e revisão do respectivo benefício, bem como a "necessidade de retificação da planilha de fixação de proventos para que faça constar o completo suporte legal da rubrica "vencimento", assim como todas as leis posteriores que tenham modificado o seu valor", este Tribunal de Contas já vem entendendo pela inexistência de vício grave capaz de justificar a negativa de registro, com base no princípio do formalismo moderado, a exemplo do seguinte precedente:

[...]

É preciso esclarecer, de plano, que não há indícios nos autos da ocorrência de irregularidades de ordem material na concessão do benefício, e tampouco são levantadas nas razões recursais, o que se questiona são incompletudes na elaboração do ato concessor e na elaboração da tabela de fixação dos proventos.

[...]

Dessa forma, a decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, haja vista o preenchimento dos requisitos constitucionais e legais para concessão do benefício.

Não havendo, portanto, um vício grave e estando claro o objeto e os motivos que justificam a existência do ato concessório, deve-se adotar o princípio do formalismo moderado (art. 52, Lei Orgânica do TCEES), a fim de garantir assim celeridade e a duração razoável do processo, evitando-se males maiores, tais como a decadência do poder-dever de analisar o ato concessório (STF - Tema 445) ou o atraso para a compensação previdenciária por parte da origem, quando for o caso.

Ante o exposto, divergindo da área técnica e do Ministério Público de Contas, proponho VOTO no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

Aliás, em casos semelhantes, o Plenário do Tribunal tem entendimento firme pela aplicação dos princípios do formalismo moderado e da segurança jurídica, esculpidos no art. 52 da LC 621/2012, de modo a permitir o registro do ato concessor, como evidenciam os seguintes recentes exemplos de aplicação dessa tese: Acórdão TC 910/2023 - Plenário (Processo TC 1624/2023), Acórdão TC 885/2023 - Plenário (Processo TC 1444/2023), Acórdão TC 912/2023 - Plenário (Processo TC 2631/2023), Acórdão TC 795/2023 - Plenário (Processo TC 1317/2023) e Acórdão 930/2023 - Plenário (Processo TC 1313/2023). De fato, não seria adequado que o legalismo exacerbado, o qual se atém a forma e não ao conteúdo do ato administrativo, prevalecesse sobre os princípios do formalismo moderado e da segurança jurídica.

Os fundamentos anteriormente apresentados também se aplicam às supostas irregularidades (c) e (d), apontadas pelo recorrente.

Considerando que a unidade verificou o cumprimento dos requisitos de direito e de fato para a concessão inicial de aposentadoria, e tendo em conta o atual panorama no registro de atos de pessoal, que reconhece os princípios da segurança jurídica, boa-fé, razoabilidade e proteção da confiança legítima, a alegada falta de evidenciação da legalidade da fixação dos proventos, ante a ausência e/ou parcial informação na planilha de fixação do fundamento legal do valor de parcela que compõe o cálculo; e quanto ao caso do ato concessório não conter a descrição completa do cargo, não seriam suficiente para a denegação do registro do ato concessório.

Na verdade, a análise dos documentos e informações enviados ao TCEES, em cumprimento à IN TC 31/2014, é suficiente para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, inclusive quanto ao valor dos proventos. Esse é o posicionamento, também, adotado pela unidade técnica, conforme a ITR 491/2023 (doc. 14), segundo a qual, na ausência de vício grave capaz de justificar a denegação do registro, ele deve ser realizado, com fundamento no princípio do formalismo moderado.

Ademais, da leitura dos documentos constantes do Processo TC 1044/2021, é possível aferir que as parcelas incorporadas aos proventos referem-se ao “Anuênio” no percentual de 29%, o qual foi concedido ante o exercício das funções no período de 5 de outubro de 1990 a 28 de fevereiro de 2020 (doc. 8 do Processo TC 1044/2021), e com base nas Leis Municipais 1105/1990, 1144/1992, 1327/1996 e 1596/2001; e à “Licença Prêmio” no percentual de 10%, a qual foi concedida ante o exercício das funções no período de 5 de outubro de 1990 a 5 de outubro de 2000 (doc. 8 do Processo TC 1044/2021) e com base na Lei Municipal 1.144/92 e no Decreto Municipal 102/1999, conforme consignado na ITC 4209/2022 (doc. 14 do Processo TC 1044/2021). Logo, não é necessário o complemento de informações para aferição da regularidade do ato de concessão inicial de aposentadoria examinado.

Acrescenta-se, quanto à suposta irregularidade (d), que ao examinar as fichas financeiras, o histórico funcional e demais documentos contidos nos autos do Processo TC 1044/2021, extrai-se as informações necessárias no que tange a descrição completa do cargo (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência), conforme consta da ficha financeira da interessada (doc. 10, p. 5, do Processo TC 1044/2021).

Portanto, considerando os fundamentos expostos, aliados à firme jurisprudência do Tribunal colacionada, deve-se considerar descabidas as supostas irregularidades (a), (b), (c) e (d) apontadas pelo recorrente. Logo, não demonstrada qualquer ilegalidade, nem comprovada qualquer omissão, tampouco é necessária a expedição de determinação ou recomendação.

Assim, no mérito, dirijo da unidade técnica, dirijo do MPC e concluo que o presente pedido de reexame deve ser desprovido, com o registro do ato de concessão inicial de aposentadoria apreciado.

### **III PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Ante o exposto, na admissibilidade, acompanho o entendimento da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCEES; no mérito, dirijo da unidade técnica e do MPC; e proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação:

**DONATO VOLKERS MOUTINHO**  
Conselheiro Substituto  
Relator

#### **1. ACÓRDÃO TC-0024/2024:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas em:

**1.1. CONHECER** o presente pedido de reexame;

**1.2. NEGAR PROVIMENTO** ao pedido de reexame, mantendo-se a decisão de:

**1.2.1. REGISTRAR** o ato de concessão inicial de aposentadoria à Sra. Maria Cervalina Emilio Stinghel, a partir de 1º de fevereiro de 2021, com os proventos fixados no valor de R\$ 1.387,22 (mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), consubstanciado no Decreto 39/2021 do município de Viana;

**1.3. Dar CIÊNCIA** ao recorrente, aos interessados e ao Ministério Público junto ao Tribunal, na forma regimental; e

**1.4. ARQUIVAR** os autos após o trânsito em julgado.

**2. Unânime.**

**3. Data da Sessão:** 25/01/2024 - 2ª Sessão Ordinária do Plenário.

**4. Especificação do quórum:**

**4.1. Conselheiros:** Domingos Augusto Taufner (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Rodrigo Coelho do Carmo e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

**4.2. Conselheiros substitutos:** Donato Volkens Moutinho (relator/em substituição conforme Ato Convocatório nº 1/2024) e Marco Antonio da Silva (em substituição).

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

**Presidente**

CONSELHEIRO SUBSTITUTO DONATO VOLKERS MOUTINHO

**Relator/Em substituição conforme Ato Convocatório nº 1/2024**

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA

**Em substituição**

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

**Procurador-geral**

ODILSON SOUZA BARBOSA JÚNIOR

**Secretário-geral das Sessões**